



Câmara Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Avenida Kurt Lewin nº 60 – Domingos Martins – ES – CEP: 29260-000
Caixa Postal 47 – Telefax: (27)3268-1123 Telefone: (27) 3268-1158/3268-2396

Site: www.camaradomingosmartins.es.gov.br

e-mail: cmdmartins@camaradomingosmartins.es.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 8/2013

Altera a redação dos artigos 17, 112 e seu §1º e acrescenta os incisos I, II, III e IV e §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao artigo 17 da Lei Municipal nº 1.238/92.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais, aprova:

Art. 1º O art. 17 da Lei Municipal 1.238, de 14 de setembro de 1992, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 A construção, a manutenção e a reconstrução das calçadas dos logradouros públicos dotados de meio-fio são obrigatórias em toda a extensão das testadas dos terrenos, edificadas ou não, e serão feitas pelos respectivos proprietários ou possuidores destes imóveis, sob pena de serem executados pelo Poder Público Municipal e cobrados, administrativa ou judicialmente, pelo valor das despesas realizadas, convertido em Valor de Referência de Domingos Martins (VRDM), acrescido em 100% (cem por cento) a título de ressarcimento de despesas administrativas, atendendo os seguintes requisitos:”

Art. 2º O artigo 112 e seu §1º passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 112 A composição da fachada é livre, sendo que se houver preferência pelo Estilo Europeu na região onde se pretende licenciar a edificação, o proprietário terá isenção do imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU por um período de 10 (dez) anos.

§ 1º As reformas terão isenção de IPTU por um período de 10 (dez) anos, se atender ao que dispões este Artigo.”

Art. 3º Fica acrescentado ao artigo 17 os incisos I, II, III e IV e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º com a seguinte redação:

“Art. 17.....

I- A largura e o tipo de material para pavimentação serão especificados pela Prefeitura, conforme padrão para construção de calçadas;

II- Proibido uso de revestimento derrapantes e trepidantes, que possam formar superfícies inteiramente lisas;

III- Será permitido pavimentar, com cimento camurçado, as calçadas em terrenos não edificadas, desde que mantenha a superfície antiderrapante;

IV- Será destinada área livre, sem pavimentação, ao redor do tronco do vegetal em calçada arborizada.



Câmara Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Avenida Kurt Lewin n° 60 – Domingos Martins – ES – CEP: 29260-000

Caixa Postal 47 – Telefax: (27)3268-1123 Telefone: (27) 3268-1158/3268-2396

Site: www.camaradomingosmartins.es.gov.br

e-mail: cmdmartins@camaradomingosmartins.es.gov.br

§ 1º - Os proprietários ou possuidores de terrenos não edificadas estão obrigados a construir nas suas divisas, incluindo as testadas, os respectivos elementos físicos delimitadores, constituídos de muros, gradis, alambrados ou assemelhados.

§ 2º – É facultativo a construção destes elementos nas divisas de terrenos edificadas;

§ 3º - Fica proibido, no perímetro urbano, a utilização de qualquer elemento físico delimitador que potencialmente seja causador de risco de danos ou ferimentos à população;

§ 4º - Os proprietários ou possuidores dos terrenos são os responsáveis pela conservação e manutenção dos elementos físicos delimitadores, sendo os mesmos obrigados a executar os melhoramentos exigidos pela administração.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 2013.

IVAN LUIZ PAGANINI

Vereador



Câmara Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Avenida Kurt Lewin n° 60 – Domingos Martins – ES – CEP: 29260-000
Caixa Postal 47 – Telefax: (27)3268-1123 Telefone: (27) 3268-1158/3268-2396

Site: www.camaradomingosmartins.es.gov.br

e-mail: cmdmartins@camaradomingosmartins.es.gov.br

Justificativa

Constatamos que existe em nossos logradouros públicos nos núcleos urbanos, em diversos terrenos não edificados nas extensões das suas testadas, a falta de construção de calçadas, e, por conseguinte, atentamos que na maioria destes terrenos não edificados, da mesma forma, não existe construção de elementos físicos delimitadores (muros, gradis, alambrados ou assemelhados), principalmente em suas testadas. Sendo assim, vimos por bem ordenar estas distorções que esta Lei há de impor, e, corrigir o artigo 112 e seu parágrafo 1º, desta Lei, e adequá-lo a Lei municipal nº 1.197/91.

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 2013.

IVAN LUIZ PAGANINI

Vereador